

**Balanço Patrimonial em 30 de junho de 2016 e 30 de junho de 2015**

Em milhares de Reais

ATIVO	30/06/2016	30/06/2015
<b>Circulante</b>	<b>16.360</b>	<b>12.770</b>
Disponibilidades	207	288
Relações Interfinanceiras (Nota 4)	9.233	5.244
Centralização Financeira - Cooperativas	9.233	5.244
Operações de Crédito (Nota 5)	5.127	5.134
Operações de Crédito	5.890	5.535
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(763)	(401)
Outros Créditos (Nota 6)	1.768	2.081
Créditos por Avais e Fianças Honrados	-	-
Rendas a Receber	182	101
Diversos	1.586	1.981
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(0)	(1)
Outros Valores e Bens	24	24
Despesas Antecipadas	24	24
<b>Não Circulante</b>	<b>28.744</b>	<b>26.387</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		
Operações de Crédito (Nota 5)	24.477	22.698
Operações de Crédito	24.477	22.698
Outros Créditos (Nota 6)		
Diversos		
<b>Permanente</b>	<b>4.267</b>	<b>3.690</b>
Investimentos (Nota 7)	4.004	3.356
Participações em Cooperativas	4.004	3.356
Imobilizado em Uso (Nota 8)	188	235
Imóveis de Uso	248	248
Outras Imobilizações de Uso	904	885
(Depreciações Acumuladas)	(963)	(898)
Intangível	75	95
Ativos Intangíveis	249	243
(Amortização Acumulada)	(175)	(148)
Diferido (Nota 10)	-	4
Gastos de Organização e Expansão	82	82
(Amortização Acumulada)	(82)	(78)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>45.103</b>	<b>39.158</b>

Em milhares de Reais

PASSIVO	30/06/2016	30/06/2015
<b>Circulante</b>	<b>27.018</b>	<b>20.358</b>
Depósitos (Nota 11)	16.032	15.334
Depósitos à Vista	2.121	2.352
Depósitos a Prazo	13.911	12.982
Obrigações Por Empréstimos (Nota 12)	8.407	1.916
Empréstimos no País - Outras Instituições	8.407	1.916
Outras Obrigações (Nota 13)	2.578	3.108
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	14	15
Sociais e Estatutárias	952	836
Fiscais e Previdenciárias	103	86
Diversas	1.509	2.170
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Exigível a Longo Prazo</b>		
Outras Obrigações (Nota 13)		
Diversas		
<b>Patrimônio Líquido (Nota 15)</b>	<b>18.086</b>	<b>18.799</b>
Capital Social	17.761	16.878
De Domiciliados no País	17.761	16.878
(Capital a Realizar)	(0)	(0)
Reserva de Lucros	571	1.808
Sobras Acumuladas	(246)	113
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>45.103</b>	<b>39.158</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações de sobras ou perdas para o primeiro semestre de 2016 e para o primeiro semestre de 2015**

Em milhares de Reais

DISCRIMINAÇÃO	30/06/2016	30/06/2015
<b>RECEITAS(INGRESSOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>3.008</b>	<b>2.776</b>
Operações de Crédito	3.008	2.776
<b>DESPESAS(DISPÊNDIOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(1.758)</b>	<b>(869)</b>
Operações de Captação no Mercado	(886)	(755)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(740)	(80)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(133)	(35)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>1.250</b>	<b>1.907</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS (INGRESSOS/DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS</b>	<b>(1.473)</b>	<b>(1.781)</b>
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços	144	151
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias	63	18
Despesas (Dispêndios) de Pessoal	(1.479)	(1.340)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas	(1.235)	(1.191)
Despesas (Dispêndios) Tributárias	(35)	(30)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais (Nota 17)	757	541
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	858	331
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais (Nota 18)	(547)	(263)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>(224)</b>	<b>126</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 19)</b>	<b>(16)</b>	<b>(2)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>(239)</b>	<b>124</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(7)</b>	<b>(11)</b>
Provisão para Imposto de Renda	(3)	(6)
Provisão para Contribuição Social	(4)	(6)
<b>PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO</b>	-	-
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-
Reserva Legal	-	-
<b>LUCRO/PREJUÍZO (SOBRA/PERDA) LÍQUIDO</b>	<b>(246)</b>	<b>113</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações dos fluxos de caixa para o primeiro semestre de 2016 e para o primeiro semestre de 2015**

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	30/06/2016	30/06/2015
<b>Atividades Operacionais</b>		
<b>Sobras/Perdas do Exercício</b>	<b>(239)</b>	<b>124</b>
Ajuste de Exercícios Anteriores	(0)	(0)
IRPJ / CSLL	(7)	(11)
Provisão para Operações de Crédito	(1.204)	(30)
Depreciações e Amortizações	41	55
	<b>(1.410)</b>	<b>139</b>
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>		
Operações de Crédito	(2.033)	(1.783)
Outros Créditos	159	(428)
Outros Valores e Bens	(24)	(15)
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>		
Depósitos a Vista	(116)	191
Depósitos a Prazo	647	946
Outras Obrigações	(215)	238
Relações Interdependências	(0)	(0)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	1.852	218
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais</b>	<b>(1.140)</b>	<b>(494)</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>		
Aplicação no Intangível	-	-
Inversões em Imobilizado de Uso	(16)	(1)
Inversões em Investimentos	(340)	(225)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos</b>	<b>(356)</b>	<b>(227)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>		
Aumento por novos aportes de Capital	972	1.024
Devolução de Capital à Cooperados	(455)	(693)
Estorno de Capital	-	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(2)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	-	(336)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES	-	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao Fundo p/ Festa 40 anos Cecref	-	-
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	-	-
FATES Sobras Exercício	-	-
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos</b>	<b>516</b>	<b>(6)</b>
<b>Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades</b>	<b>(980)</b>	<b>(727)</b>
<b>Modificações em Disponibilidades Líquida</b>		
No Início do Período	10.420	6.259
No Fim do Período (Nota 3 - c)	9.440	5.532
<b>Variação Líquida das Disponibilidades</b>	<b>(980)</b>	<b>(727)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015

### 1. Contexto operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Fundação Hospitalar e Empregados dos Estabelecimentos Hospitalares de Belo Horizonte, Região Metropolitana e Zona da Mata Ltda. - CECREF, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 03/08/1976, filiada à Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais – SICCOB CENTRAL CECREMG E e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICCOB – SICCOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

A CECREF possui 4 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: Hospital Galba Veloso, rua Conde Pereira Carneiro; Hospital João XXIII, Alameda Alfredo Baleina nº 400 e FHEMIG – Administração Central, Alameda Vereador Álvaro Celso nº 100 em Belo Horizonte; Rua Espírito Santo nº 1054 e na Avenida Rio Branco nº 3.353 Bairro Alto dos Paços em Juiz de Fora (MG).

A CECREF tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;  
(ii) Oferecer formação educacional a seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

### 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – Cosif. São considerados ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As demonstrações contábeis são uniformes em relação aos exercícios apresentados, sendo as possíveis mudanças de critérios ocorridas demonstrada em nota específica. Também foram revisadas e aprovadas pela administração ou pelo Conselho de Administração, em sua reunião datada de **25/07/2016**.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09. O CPC 33 - Benefícios a Empregados aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/15.

### 3. Resumo das principais práticas contábeis

#### a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério

“pro-rata temporis” e calculados com base no método exponencial, exceto aqueles relativos a títulos descontados, que são calculados com base no método linear.

As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

#### b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

#### c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/08, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

	Em R\$ mil	
	30/06/2016	30/06/2015
Caixa e depósitos bancários	207	288
Relações interfinanceiras - centralização financeira	9.233	5.244
<b>Total</b>	<b>9.440</b>	<b>5.532</b>

#### d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

#### e) Provisão para operações de crédito

É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/1999 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo).

#### f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

#### g) Investimentos

São representados substancialmente por quotas do SICCOB CENTRAL CECREMG E e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

#### h) Imobilizado

Os equipamentos de processamento de dados, os móveis, os utensílios, entre outros equipamentos, as instalações, os veículos, as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros e os softwares são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

#### i) Diferido

O ativo diferido foi constituído pelas benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, e pelos softwares adquiridos, registrados pelos custos incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição, respectivamente, e classificados nessa conta conforme determinação do COSIF. Esses gastos estão sendo amortizados pelo método

linear no período de 10 anos.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.617/08, devem ser registrados no ativo diferido, exclusivamente, os gastos que contribuirão para o aumento do resultado de mais de um exercício social. Os saldos existentes em setembro de 2008 são mantidos até a sua efetiva realização.

#### j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

#### k) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

#### l) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 30 de junho de 2016 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

#### m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“*pro rata temporis*”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

#### n) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

#### o) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### p) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

#### q) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

#### r) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

#### s) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2016.

## 4. Relações interfinanceiras

Em 31 de junho de 2016 e 2015, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	Em R\$ mil	
	30/06/2016	30/06/2015
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	9.233	5.244
<b>Total</b>	<b>9.233</b>	<b>5.244</b>

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE.

## 5. Operações de crédito

### a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	Em R\$ mil	
	30/06/2016	30/06/2015
Adiantamento a Depositante	9	9
Cheque Especial / Conta Garantida	291	268
Empréstimos	28.844	27.139
Financiamentos	1.180	741
Títulos Descontados	43	75
(-) Provisão para Perda com Operações de Crédito	(763)	(401)
<b>Total</b>	<b>29.604</b>	<b>27.831</b>

Em Março de 2015 ocorreu a implantação da nova Plataforma de Risco de Crédito – PRC que contém um conjunto de 14 (quatorze) metodologias para avaliação de risco de tomadores e do risco das operações de crédito, em consonância com o preconizado na Resolução CMN nº 2.682/99. Desde então, as cooperativas podem utilizar a PRC para subsidiar as suas decisões de crédito. A avaliação de risco das operações é feita com base em Estimação de Perdas (PE) e parte da combinação do risco do tomador (PD – Probabilidade de Descumprimento) com o componente de risco Perda Dado o Descumprimento (LGD, em inglês), que é definido em função das garantias vinculadas. Em 30/06/2016, 100% do saldo devedor das operações de crédito já encontravam-se avaliados por essas novas metodologias.

### b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível/Percentual de Risco/Situação	Em R\$ mil			
	Total em 30/06/2016	Provisões 30/06/2016	Total em 30/06/2015	Provisões 30/06/2015
AA	-	Normal	-	-
A	0,50%	Normal	26.859	134
B	1%	Normal	1.294	13
B	1%	Vencidas	93	1
C	3%	Normal	876	26
C	3%	Vencidas	68	2
D	10%	Normal	449	45
D	10%	Vencidas	56	6
E	30%	Normal	153	46
E	30%	Vencidas	23	7
F	50%	Normal	11	6
F	50%	Vencidas	7	3
G	70%	Normal	9	6
G	70%	Vencidas	4	3
H	100%	Normal	79	79
H	100%	Vencidas	386	386
Total Normal			29.730	355
Total Vencido			637	408
Total Geral			30.367	763
Provisões			(763)	(401)
<b>Total Líquido</b>			<b>29.604</b>	<b>27.831</b>

### c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Em R\$ mil			
	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	1.745	3.174	4.096	9016
Títulos Descontados	43	-	-	43
Financiamentos	119	277	785	1180
<b>Total</b>	<b>1.907</b>	<b>3.451</b>	<b>4.881</b>	<b>10.239</b>

Obs.: Não inclui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial e Conta Garantida.

As faixas de vencimento foram obtidas através do software Sibr. Não foi possível obter os valores por faixa de vencimento das operações de crédito cadastradas no software Wincred.

### d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Em R\$ mil			
	Emprést./Financ.	Título Desc.	30/06/2016	% da carteira
Setor Privado - Serviços	434	43	477	1,43
Pessoa Física	28.410		28.410	98,57
Outros				
<b>Total</b>	<b>28.844</b>	<b>43</b>	<b>28.887</b>	<b>100,00</b>

Obs.: Não inclui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial e Conta Garantida.

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	Em R\$ mil	
	30/06/2016	30/06/2015
Saldo Inicial	(400)	(451)
Constituições / Reversões no período	(1.326)	(74)
Transferência para Prejuízo no período	963	125
<b>Total</b>	<b>(763)</b>	<b>(400)</b>

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	Em R\$ mil			
	30/06/2016	% Carteira Total	30/06/2015	% Carteira Total
Maior Devedor	329	1,08	1.642	5,81
10 Maiores Devedores	1.394	4,59	2.438	8,64
50 Maiores Devedores	3.939	12,97	4.471	15,84

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	Em R\$ mil	
	30/06/2016	30/06/2015
Saldo inicial	710	641
Valor das operações transferidas no período	963	125
Valor das operações recuperadas no período	(85)	(56)
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas		
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas		
<b>Total</b>	<b>1.588</b>	<b>710</b>

h) Receitas de Operações de Crédito:

Descrição	Em R\$ mil	
	30/06/2016	30/06/2015
Adiantamento a Depositantes	5	71
Empréstimos e títulos descontados	2.857	2.587
Financiamentos	116	84
<b>Sub-Total</b>	<b>2.978</b>	<b>2.742</b>
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	30	34
<b>Total</b>	<b>3.008</b>	<b>2.776</b>

## 6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	Em R\$ mil	
	30/06/2016	30/06/2015
<b>Créditos por Avais e Fianças Honrados</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Rendas a Receber</b>	<b>182</b>	<b>101</b>
Serviços Prestados a Receber	41	35
Outras Rendas a Receber	141	66
<b>Diversos</b>	<b>1.586</b>	<b>1.981</b>
Adiantamentos e Antecipações Salariais	63	64
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	21	19
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	63	337
Títulos e Créditos a Receber	3	2
Devedores Diversos – País (b)	1.436	1.558
(-) Rendas a Apropriar Outros Créditos	0	(1)
<b>Total</b>	<b>1.768</b>	<b>2.081</b>

a) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos.

Dos processos judiciais existentes, a cooperativa é autora de processos relativos a ações de cobrança, que totalizam o montante de R\$ 2.955 mil cujo parecer jurídico relativo à probabilidade de ganho está classificado como “provável” ou “praticamente certo”, porém sem definição, com suficiente segurança, do prazo de conclusão.

b) Valores a receber de repasses Hospitais referentes desconto folha de associados R\$27 mil; seguros contratados a receber R\$49 mil (empréstimos de falecidos); convênio plano saúde a receber R\$119 mil; repasses referentes a desconto folha de cooperados Seplag R\$1.212 mil; perdas com correspondente R\$12 mil; repasse a convênio vale gás 8 mil; outros R\$2 mil.

## 7. Investimentos

O saldo é representado por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMG e ações do BANCOOB.

Movimentação dos investimentos:

Descrição	Em R\$ mil			
	SICOOB CENTRAL CECREMG	BANCOOB	Outros Investimentos	Total
<b>Saldos em 30/06/2015</b>	<b>1.695</b>	<b>1.661</b>	<b>0</b>	<b>3.356</b>
Investimentos	81	567	0	649
Provisão para perdas	0	0	0	0
<b>Saldos em 30/06/2016</b>	<b>1.776</b>	<b>2.228</b>	<b>0</b>	<b>4.004</b>
<b>Saldos em 30/06/2014</b>	<b>1.627</b>	<b>1.271</b>	<b>0</b>	<b>2.898</b>
Investimentos	68	389	0	457
Provisão para perdas				
<b>Saldos em 30/06/2015</b>	<b>1.695</b>	<b>1.661</b>	<b>0</b>	<b>3.356</b>

## 8. Imobilizado de uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	Em R\$ mil	
		30/06/2016	30/06/2015
Edificações	4 %	248	248
Móveis e Equipamentos	10 %	241	239
Sistema de Processamento de Dados	20 %	618	602
Sistema de Segurança	20 %	40	39
Sistemas de Comunicação	10 %	4	4
<b>Total</b>		<b>1.151</b>	<b>1.132</b>
Depreciação acumulada		(963)	(897)
<b>Total</b>		<b>188</b>	<b>235</b>

## 9. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	Taxa de Amortização	Em R\$ mil	
		30/06/2016	30/06/2015
Ativos Intangíveis	10%	249	243
<b>Total</b>		<b>249</b>	<b>243</b>
Amortização acumulada	10%	(174)	(148)
<b>Total</b>		<b>75</b>	<b>95</b>

O valor registrado na rubrica “Intangível” refere-se a 05 licenças de uso do Sistema de Informática do Sicoob - SISBR, adquirida antes 01/10/2013 e 01 após 01/10/2013, da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação. Na mesma data, a Central cedeu exclusivamente às suas filiadas (cooperativas singulares associadas), devidamente autorizado pelo Sicoob Confederação, com prazo de até 31 de maio de 2019, o direito de uso do SISBR.

## 10. Diferido

Nesta rubrica registram-se as benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, substancialmente, instalações e reforma de PAs.

Descrição	Taxa de Amortização	Em R\$ mil	
		30/06/2016	30/06/2015
Benfeitorias	10%	82	82
<b>Total</b>		<b>82</b>	<b>82</b>
Amortização acumulada	10%	(82)	(78)
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>4</b>

## 11. Depósitos

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada.

Descrição	Em R\$ mil				
	2016				2015
	Sem vencimento	De 1 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
Depósitos à vista	2.121				2.121
Depósitos a prazo	-			13.911	13.911
<b>Total</b>	<b>2.121</b>			<b>13.911</b>	<b>16.032</b>
					<b>15.533</b>

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), constituído conforme Resoluções CMN nº 4.150/12 e 4.284/13. Este fundo tem como instituições associadas às cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Crédito dos bancos, o FGC, que considera, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN nº 4.150/12.

Despesas com Operações de Captação de Mercado:

Descrição	Em R\$ mil	
	30/06/2016	30/06/2015
Depósitos a prazo	874	744
Fundo Garantidor de Créditos	12	11
<b>Total</b>	<b>886</b>	<b>755</b>

## 12. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	30/06/2016		30/06/2015
			Circulante - Até 1 ano	Não Circulante - Acima de 1 ano	
Sicoob Central Cecemge 1185-8	CDI	05/06/2015	0	0	1916
Sicoob Central Cecemge 1200-4	CDI	03/10/2016	1.703	0	
Sicoob Central Cecemge 1206-8	CDI	15/10/2016	1.446	0	
Sicoob Central Cecemge 1229-7	CDI	24/12/2016	2.467	0	
Sicoob Central Cecemge 1231-2	CDI	23/02/2017	2.791	0	
<b>Total</b>			<b>8.407</b>	<b>0</b>	<b>1916</b>

### 13. Outras Obrigações

#### 13.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	Em R\$ mil	
	30/06/2016	30/06/2015
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	93	103
Cotas de capital a pagar (b)	237	171
FAS - Fundo de Assistência Social (c)	572	502
Outras obrigações (d)	50	60
<b>Total</b>	<b>952</b>	<b>836</b>

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(b) Refere-se a cotas de capital a devolver a associados desligados.

(c) Refere-se ao FAS – Fundo de Assistência Social – Fundo constituído por contribuições mensais, presentemente de R\$3,00, dos cooperados para atendimento e auxílio nas despesas com funeral do cooperado e de seus familiares, descendentes e ascendentes. O valor do reembolso presentemente é de até R\$1.500,00 de acordo com as despesas comprovadas pelo requerente/beneficiário.

(d) Refere-se a fundo com finalidade de realizar confraternização de aniversário de 40 anos da Cecemge, em 2017.

#### 13.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
Provisão para impostos e contribuições/lucros	3	5
Impostos e contribuições a recolher	100	81
<b>Total</b>	<b>103</b>	<b>86</b>

#### 13.3 Diversas

Descrição	Em R\$ mil	
	30/06/2016	30/06/2015
Cheques Administrativos	-	5
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	352	324
Credores Diversos – País (b)	524	955
Provisão para Passivos Contingentes (c)	633	885
<b>Total</b>	<b>1.509</b>	<b>2.169</b>

(a) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com pessoal R\$ 292 mil (salários, férias, INSS, FGTS e PIS sobre férias), outras despesas administrativas R\$ 49 mil (assessoria técnica, comunicações, processamento de dados, segurança e vigilância, manutenção e conservação de bens, transporte, seguro e compensação) e outros pagamentos R\$ 11 mil (administração financeira);

(b) Refere-se a desconto Seplag a lançar; saldos credores c/encerramento; Unimed co-participação; pendências a regularizar-Bancoob, diferenças de caixa, pagamentos a processar, créditos de terceiros, planos de saúde de terceiros e outros.

(c) É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	Em R\$ mil			
	30/06/2016		30/06/2015	
	Provisão para contingências	Depósitos judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos judiciais
PIS (a)	63	63	59	59
COFINS (a)	0	0	277	277
Outras contingências (b)	570	-	549	-
<b>Total</b>	<b>633</b>	<b>63</b>	<b>885</b>	<b>336</b>

Movimentação das provisões para riscos e contingências:

Descrição	PIS / COFINS	INSS	Trabalhistas	Outras Contingências	Em R\$ mil	
					Total	
Saldo em 31/12/2014				541		870
	329					
Provisões feitas no período	7			8		15
Provisões utilizadas no período						
<b>Saldo em 30/06/2015</b>	<b>336</b>			<b>549</b>		<b>885</b>
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>61</b>			<b>557</b>		<b>618</b>
Provisões feitas durante o exercício	2			14		15
Provisões utilizadas durante o exercício						
<b>Saldo em 30/06/2016</b>	<b>63</b>			<b>571</b>		<b>633</b>

(a) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

(b) Processo IRPJ e CSLL: nº 36557-73 R\$536; processo nº 5106-38 R\$21 Autoria União Federal segundo Assistência Jurídica estão avaliados como perda possível; processo para garantir certidão Seplag (mandato de segurança) valor R\$1.

#### 14. Instrumentos financeiros

A CECREOP opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

#### 15. Patrimônio líquido

##### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

No primeiro semestre de 2016, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$883 mil com recursos provenientes de integralizações mensais de cooperados e com admissões de novos cooperados.

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
Capital Social	17.761	16.878
Associados	7.921	8.052

##### b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

##### c) Sobras/Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). As perdas apuradas ao final de cada semestre serão transferidas para o título SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS, cujo saldo, ao final do exercício social, se devedor, deve ser, conforme deliberação da assembleia geral:

a) absorvido com a utilização de recursos provenientes do saldo existente:

I - no título RESERVA LEGAL;

II - nos demais títulos do desdobramento de subgrupo Reservas de Lucros;

b) rateado entre os cooperados, quando insuficientes os recursos previstos na alínea anterior.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 25 de abril de 2016, os cooperados deliberaram pelo uso do Fundo de Reserva para cobrir as perdas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

##### d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	Em R\$ mil	
	2016	2015
Sobra líquida do exercício	(246)	113
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES		
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	(246)	113
Destinações estatutárias	-	-
Reserva legal – 10%	-	-
Fundo de assistência técnica, educacional e social – 5%	-	-
Sobra à disposição da Assembleia Geral	(246)	113

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e

Os resultados decorrentes de atos não cooperativos são destinados ao FATES.

### 16. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	Em R\$ mil	
	30/06/2016	30/06/2015
Receita de prestação de serviços	136	145
Despesas específicas de atos não cooperativos	(17)	(15)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(82)	(90)
Resultado operacional	37	39
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(16)	(2)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	21	37
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7)	(5)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	14	32

### 17. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	Em R\$ mil	
	30/06/2016	30/06/2015
Dividendos	259	157
Taxa Administração para funcionamento da cooperativa	180	199
Outras Rendas Operacionais	210	61
Atualização Depósitos Judiciais	2	8
Recuperação de Encargos e Despesas	106	48
Outras	-	68
<b>Total</b>	<b>757</b>	<b>541</b>

### 18. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	Em R\$ mil	
	30/06/2016	30/06/2015
Descontos concedidos operações de crédito	155	165
Bonificação seguro prestamista	81	86
Tarifa recebimento de convênio	0	0
Outras provisões	34	12
Perdas – Fraudes Externas	277	-
<b>Total</b>	<b>547</b>	<b>263</b>

### 19. Resultado não operacional

Descrição	Em R\$ mil	
	30/06/2016	30/06/2015
Receita Não Operacional	6	0
Despesa Não Operacional	(22)	(2)
Resultado líquido	(16)	(2)

### 20. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no primeiro semestre de 2016:

Em R\$ mil	
MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
R\$ 644	2,12%
MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total
R\$ 238	0,79%

Operações ativas e passivas – saldo em 30/06/2016:

Em R\$ mil			
OPERAÇÕES ATIVAS			
NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	PCLD (PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA)	% DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL
Cheque Especial	39	-	0,13
Empréstimo	605	-	1,99

Em R\$ mil

OPERAÇÕES PASSIVAS		
Aplicações Financeiras	% em relação à carteira total	Taxa Média - %
238	0,79	100% CDI

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Em R\$ mil		
NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	TAXAS APLICADAS EM RELAÇÃO AS PARTES RELACIONADAS	TAXA APROVADA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA EXECUTIVA
Cheque Especial	3,2 a.m.	3,2 a.m.
Desconto de Cheques	3,0 a.m.	3,0 a.m.
Empréstimos	1,2 a 2,5 a.m.	1,2 a 2,5 a.m.
Aplicação Financeira – Dep. a Prazo	100% CDI	100% CDI

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Em R\$ mil	
NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	GARANTIAS PRESTADAS
Cheque Especial	39
Empréstimo	605

No primeiro semestre de 2016, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

Em R\$ mil	
BENEFÍCIOS MONETÁRIOS (R\$)	
Honorários	262
Plano de Saúde	7

### 21. Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais – SICOOB CENTRAL CECREMG

A CECREMG em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMG, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMG é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREMG a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

Saldo das transações da Cooperativa com o Sicoob Central Cecremge:

Em R\$ mil		
Descrição	30/06/2016	30/06/2015
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira;	9.233	5.244
Ativo Permanente – Investimentos;	4.267	3.690
Passivo circulante e não circulante Obrigações por empréstimos e repasses.	8.407	1.916

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CECREMG, em 31 de dezembro de 2015, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 26 fevereiro de 2016, com opinião sem modificação. A auditoria das demonstrações contábeis referente à data base 30 de junho de 2016 não foi concluída até a data da aprovação das demonstrações objeto dessa publicação.

### 22. Gerenciamento de Risco

#### 22.1- Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O gerenciamento do risco operacional da CECREMG objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.380/2006.

Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a CECREMG aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)

O processo de gerenciamento do risco operacional da CECREFF consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.

O uso da lista de verificação de conformidade (LVC) tem por objetividade identificar situações de risco de não conformidade, que após identificadas são cadastradas no sistema de Controles Internos de Riscos Operacionais (Scir).

As informações cadastradas no sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir) são mantidas em banco de dados fornecidos pelo Sicoob Confederação.

A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas em cada entidade do Sicoob, Sob a supervisão da respectiva entidade auditora (se cooperativa singular, da cooperativa central; se cooperativa central e Bancoob, do Sicoob Confederação).

Para situações de risco identificadas são estabelecidas planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo Agente de controles Internos e Riscos (ACIR).

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, a CECREFF possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

#### 22.2- Risco de mercado e de liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da CECREFF objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, a CECREFF aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (BANCOOB), que pode ser evidenciada em relatório disponível no site eletrônico [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, a CECREFF possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

#### 22.3- Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade da contraparte não honrar o compromisso contratado e, também, da degradação da qualidade do crédito.

O gerenciamento de risco de crédito da CECREFF objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o art. 10 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a CECREFF aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a CECREFF possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

#### 22.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital da CECREFF objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída da Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a CECREFF aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;

b) Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

#### 23. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

#### 24. Índice de Basiléia

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em 30 de junho de 2016.

#### 25. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 30 de junho de 2016, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$.621, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

#### 26. Contingências Passivas

Segundo a assessoria jurídica da CECREFF, dos processos judiciais em que figura como pólo passivo, foram classificadas como perdas possíveis 03 processos, totalizando R\$ 326 mil.

#### 27. Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014

Em maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (1) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como modifica a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (2) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação da referida Lei, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que a lei tributária regule a matéria; (3) inclui tratamento específico sobre potencial de tributação de lucros ou dividendos; (4) inclui disposições sobre o cálculo de juros de capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

O Sicoob Confederação por meio da CCI-274/2014, com base em parecer jurídico, orientou a utilização da opção “não optante”, como a mais adequada para as cooperativas do Sistema Sicoob.

Belo Horizonte (MG), 25 de Julho de 2016.

José Geraldo de Assis  
Diretor Presidente

Eugênio de Souza Costa  
Diretor Financeiro

Rosângela Moreira Cosenza  
Diretor Administrativo

Eduardo Aguiar Pereira  
Contador – CRC/MG Nº: 58.622